

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 6.950, DE 2006

Dispõe sobre a criação e manutenção, pelo Poder Executivo, de um portal na rede mundial de computadores (Internet) destinado a apoiar o pequeno produtor rural e o agricultor familiar.

Autor: Deputado Celso Russomano

Relator: Deputado Raul Jungmann

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.950, de 2006, pretende obrigar o Poder Executivo a criar e manter um portal destinado ao pequeno produtor rural e ao agricultor familiar na Internet.

Alega o autor da matéria que o pequeno produtor rural e o agricultor familiar poderiam ser beneficiados pelo acesso facilitado a informações vitais para sua atividade. Contudo, segundo ele, o acesso a essas informações é privilégio dos produtores rurais mais evoluídos ou mais capitalizados que acessam, cotidianamente, a rede mundial de computadores, onde estas informações estão disponíveis.

Embora reconheça que o acesso desses segmentos menos favorecidos do setor agrícola às informações disponíveis na Internet ampliar-se-á naturalmente, na medida em que esses segmentos se organizem em cooperativas e associações, o Deputado Celso Russomano defende a criação de um portal onde todas essas informações estejam reunidas. Propõe, também, para acelerar o acesso à rede mundial de computadores que o

governo, mediante convênio com as entidades representativas dos agricultores, instale equipamentos e promova o treinamento dos usuários.

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, apreciar o mérito da proposição, à qual não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A popularização do uso da Internet propiciou nos últimos anos amplo acesso a informações sobre vários setores da economia. Essas informações estão disponíveis em um número cada vez maior de sítios especializados organizados por instituições privadas e governamentais.

No caso do setor rural, o sítio da Ministério da Agricultura reúne amplo acervo de informações que, a nosso ver, cobre de maneira quase completa a lista de assuntos elencados pelo autor em sua proposta. A partir do referido sítio, pode-se acessar também os portais de entidades que fazem parte da estrutura do Ministério, bem como de outras instituições a ele vinculadas como a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

No sítio da Embrapa, localizamos serviço de informação tecnológica, aberto a consulta do público e prestado gratuitamente, organizado na forma de perguntas e respostas, que abrange uma grande variedade de segmentos do setor rural. Ainda este mês, está sendo lançada publicação, destinada, especialmente, ao agricultor familiar que também será disponibilizada na Internet. Esses são apenas dois exemplos de informações que podem ser facilmente acessadas por qualquer produtor rural.

Os sítios das, empresas de assistência técnica e extensão rural dos Estados (Emater), também já oferecem um sem número de informações voltadas especialmente para os agricultores familiares, público ao qual se destinam prioritariamente as ações dessas entidades.

Por essas razões, não consideramos necessário obrigar o Poder Executivo a montar um portal destinado ao pequeno produtor rural e ao agricultor familiar.

Quanto à proposta de aplicação de recursos públicos para promover a inclusão digital desses segmentos, na forma de convênios com associações e outras organizações que os representam, gostaríamos de salientar que o governo federal já possui várias iniciativas em andamento que estão voltadas para ampliar o acesso a informações da população que vive no meio rural. Há inclusive programa coordenado pela própria Embrapa destinado à implantação de uma Rede de Software Livre para a Agropecuária. Várias iniciativas, no âmbito municipal, envolvendo o sistema Emater, também encontram-se em andamento. Incluem tanto a instalação de equipamentos nas comunidades, como o treinamento de multiplicadores.

Também, nesse caso, não há necessidade de criar novos mecanismos para incluir digitalmente os produtores rurais. Cumpre ressaltar que o nível de inclusão digital das populações rurais é um pouco menor do que o da população urbana. Porém, em ambos os casos, apesar do lançamento de vários programas nos últimos anos, a disseminação do uso da internet continua esbarrando nas desigualdades de renda e de instrução das populações excluídas.

Concluindo, pelos motivos acima apontados, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.950, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Raul Jungmann
Relator